

HABEAS CORPUS Nº 544.396 - MG (2019/0334921-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : AGNALDO JOSE DE AQUINO GOMES
ADVOGADO : AGNALDO JOSÉ DE AQUINO GOMES - MG063523
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : PEDRO HENRIQUE VAZ DE AZEVEDO SOARES LISBOA
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de PEDRO HENRIQUE VAZ DE AZEVEDO SOARES LISBOA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, assim ementado (fl. 57):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – PRESENÇA DOS PRESSUSPOSTOS DOS ARTIGOS 312 E SEQUINTE DO CPP – GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – CONDIÇÕES FAVORÁVEIS – INVIABILIDADE – NEGATIVA DE AUTORIA – PRISÃO EM FLAGRANTE- PEDIDO DE CONVERSÃO EM PRISÃO DOMICILIAR- TRTAMENTO PSICOLÓGICO- IMPOSSIBILIDA. Presentes os indícios de autoria e materialidade delitiva, imperiosa a manutenção da prisão processual para a garantia da ordem pública, mormente levando-se em conta a periculosidade do agente, diante das circunstâncias concretas do caso. As condições favoráveis do paciente, por si só, não implica a concessão da liberdade provisória, quando presentes no caso em análise, outras circunstâncias autorizadoras da segregação cautelar. A tese de negativa de autoria é incompatível com o habeas corpus, já que importa em dilação probatória. O tratamento psicológico do paciente vem sendo assegurado no estabelecimento prisional. Ausência dos requisitos do Art. 318 CPP.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante dia 28/8/2019, sendo convertida em preventiva, pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006.

Alega o impetrante, em síntese, que não há fundamentação idônea bem como não se fazem presentes os requisitos para a decretação da segregação cautelar.

Requer, por isso, em sede liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou aplicação de medidas alternativas.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo não conhecimento do *writ* e, se

conhecido, quanto ao mérito, que seja denegada a ordem.

Na origem, o processo n. 1036359-56.2019.8.13.0024, oriundo da 2ª Vara de Tóxicos da Comarca de Belo Horizonte, encontra-se na fase de resposta à acusação, a qual foi apresentada no dia 8/11/2019, conforme informações processuais prestadas pelo Tribunal *a quo* (fl. 233).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta da decisão que converteu a prisão em preventiva (fls. 99-100):

[...] Trata-se de comunicação de prisão em flagrante PEDRO HENRIQUE VAZ DE AZEVEDO SOARES LISBOA, preso em 28/08/2019, como incurso nas sanções do art. 33, c/c art. 35, ambos da Lei 11343/06. Sustenta a Defesa que a droga não era de sua propriedade, sendo que o autuado residia em uma república. Aduz a primariedade do autuado, com ocupação e renda lícitas. Aduz que não oferece o autuado perigo a sociedade, requerendo a concessão de liberdade provisória com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Constatado que o APFD está, formalmente em ordem, obedecendo as disposições do art. 304 e 306 do Código de Processo Penal, não sendo hipótese de relaxamento. Homologo o APFD. No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado, conforme CAC e juntada aos autos, bem como sua ocupação lícita. Ademais, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD policiais receberam informações de que no bairro Nova Granada estaria ocorrendo o comércio de entorpecentes. Desta feita, a guarnição policial se deslocou ao endereço informado e ao ser franqueada a entrada na residência, militares perceberam que Lucas, posteriormente identificado como o coautuado, **tentou evadir, momento em que arremessou no telhado uma caixa**. Ato contínuo, policiais lograram êxito em sua abordagem e **encontraram no interior do objeto arremessado por ele, certa quantidade de substância análoga a maconha**. Ressalta-se que Pedro, morador da mesma residência, também foi abordado e ao realizar buscas no imóvel, militares encontraram em seu quarto uma barra de substância semelhante à maconha, uma balança de precisão, uma faca e demais entorpecentes fracionados, o que sedimenta o *fumus commissi delicti*. Cumpre asseverar que no quarto do coautuado Lucas foram arrecadadas outras duas caixas semelhantes a dispensada por ele no telhado, ressaltando-se que a grafia do remetente era a mesma em todas elas, e que, ainda, constava nas mesmas que a origem da droga era do estado do Paraná. **Os entorpecentes arrecadados totalizam 3.360,0g de maconha, quantidade de droga que revela a gravidade concreta do delito**. [...] Assim, nos termos do art. 310. II. e presentes os requisitos do art. 312 c/c art. 313, I, todos do CPP CONVERTO A PRISÃO

EM FLAGRANTE de PEDRO HENRIQUE VAZ DE AZEVEDO SOARES
LISBOA EM PRISÃO PREVENTIVA. [...]

Como se vê, consta do édito prisional cautelar fundamentação idônea com esteio na quantidade de drogas apreendidas - 3.360g de maconha, conforme laudo de constatação (fl. 81).

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator